



Banco Société Générale Brasil S.A.

**Demonstra  es financeiras em
30 de junho de 2025
e relatório do auditor independente**

Relatório da Administração

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Banco Société Générale Brasil S.A tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. O Grupo Société Générale (“Grupo SG”) é uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2025 atingiu o valor de R\$ 1,71 bilhão e o índice de basileia alcançou 37,75%. O Banco apresentou um lucro de 28,2 milhões no primeiro semestre de 2025.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.945/21, o Banco reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental e climática na condução de seus negócios e atividades.

O Grupo SG contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às instituições financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federação Bancária Europeia (EBF) e da Federação Bancária Francesa (FBF), o Grupo SG atua no sentido de promover a regulamentação adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo SG visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma relação ética e transparente, da preservação do meio ambiente para as gerações futuras e o respeito à diversidade.

O Grupo SG, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promoção gratuita da educação, capacitação profissional, esporte, saúde, preservação do meio ambiente, arte e cultura”.

As políticas de responsabilidade ambiental e social, ambiental e climática (PRSAC) encontra-se no endereço eletrônico do sítio no Brasil:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/wp-content/uploads/2023/06/PRSAC-Grupo-V6-maio-23.pdf>

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.860/2020, o Banco está isento da obrigatoriedade de manter um Canal de Ouvidoria, uma vez que não possui clientes classificados como pessoas naturais, empresários individuais ou pessoas jurídicas classificadas como microempresas e empresas de pequeno porte. O Banco disponibiliza um Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, em situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet e intranet do Banco no Brasil. Canal de Denúncias:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/canal-de-denuncias/>

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 22 de setembro de 2025

Administradores

BEATRIZ LACAZ VIEIRA BROWN
MÁRIO MARCOS LOPES
AURELIEN GUILLAUME ALEXANDRE COTTARD
EDUARDO YASUDA IRIE
GUSTAVO DE MAGALHÃES REZENDE
CAROLYNE MOURA MUNHOZ
PAULO FAGUNDES DE LIMA – DIRETOR RESPONSÁVEL PELA ÁREA CONTÁBIL

Contador

CAIO VINICIUS MARQUES - CRC - 1SP293229/O-5



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Banco Société Générale Brasil S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

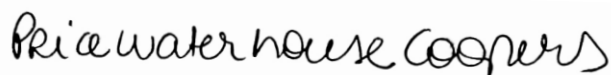
Banco Société Générale Brasil S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de setembro de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ana Beatriz Masciotro da Rocha
Contadora CRC 1SP259848/O-6

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2025 - (Em milhares de reais - R\$)**

Ativo	Nota	30/06/2025
Disponibilidades	5	4.806
Ativos Financeiros		8.893.993
Valor Justo por Meio do Resultado	6.a	3.098.142
Títulos e Valores Mobiliários		199.975
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.898.167
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	6.b	669.846
Títulos e Valores Mobiliários		669.846
Custo Amortizado	6.c	5.126.005
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		4.875.968
Operações de Crédito	7.a	11.972
Outros Ativos Financeiros	7.a	238.065
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	8	(15.232)
Outros Ativos		455.906
Depósitos Judiciais	9.a	443.424
Outros	9.b	12.482
Ativos Fiscais		129.037
Imposto de Renda e Contribuição Social - A Compensar		4.268
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	17.b	124.769
Permanente		7.108
Investimentos		10
Outros Investimentos		10
Imobilizado de Uso		7.098
Outras Imobilizações de Uso		21.137
(Depreciações Acumuladas)		(14.039)
Total do Ativo		9.475.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2025 - (Em milhares de reais - R\$)**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2025
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		7.169.488
Valor Justo por meio do Resultado	10.a	2.787.217
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.787.217
Custo Amortizado	10.b	4.382.271
Depósitos	10.c	1.369.447
Captações no Mercado Aberto	10.d	290.988
Obrigações por Empréstimos	14	2.698.162
Outros Passivos Financeiros	10.b	23.674
Outros Passivos		297.571
Provisão para Passivos Contingentes - Riscos Fiscais	11.i	196.635
Provisão para Passivos Contingentes - Ações Trabalhistas e Cíveis	11.i	27.200
Fiscais e Previdenciárias	12	4.810
Outras Provisões	8	2.260
Diversos	13	66.666
Passivos Fiscais	17.c	294.362
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		294.362
Patrimônio Líquido		1.714.197
Capital Social	15.a	2.956.929
Reservas de Capital		3.796
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(16.726)
Prejuízos Acumulados		(1.229.802)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		9.475.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025 (Em milhares de reais - R\$)****1º semestre**

Receitas da Intermediação Financeira	Nota	<u>470.447</u>
Operações de Crédito		14.166
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		54.052
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		402.229
Despesas da Intermediação Financeira		<u>(332.364)</u>
Operações de Captação no Mercado		(149.846)
Resultado de Operações com Empréstimos e Repasses	14	(36.897)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.e.2	(144.806)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8	(815)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		138.083
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		<u>(68.808)</u>
Receitas de Prestação de Serviços		33.509
Rendas de Tarifas Bancárias		8
Resultado de Participação em Coligada e Controlada		(5.603)
Despesas de Pessoal		(48.151)
Outras Despesas Administrativas	19	(29.793)
Despesas Tributárias		(10.131)
Outras Receitas Operacionais	20	23.896
Outras Despesas Operacionais	21	(32.543)
Resultado Operacional		<u>69.275</u>
Resultado não Operacional		<u>2</u>
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		<u>69.277</u>
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	17.a	<u>(41.112)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(41.112)
Lucro Líquido do Semestre	25	28.165
Número de Ações (Mil)		<u>1.017</u>
Lucro Líquido do Semestre por Lote de Mil Ações (em R\$)		<u>27,70</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025 - (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	1º semestre
Lucro líquido do semestre		28.165
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para Lucros ou Prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		<u>19.005</u>
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		<u>19.005</u>
Próprios		34.555
Efeito fiscal		(15.550)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucros ou Prejuízos		<u>(761)</u>
Plano de Benefícios		<u>(761)</u>
Pagamento baseado em ações	23	(761)
Resultado Abrangente do Semestre		46.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025 (Em milhares de reais - R\$)

30/06/2025

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros Reserva Legal	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>2.956.929</u>	<u>4.557</u>	<u>12.961</u>	<u>(35.731)</u>	<u>(1.321.294)</u>	<u>1.617.422</u>
Efeitos da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21, nº 4.924/21 e BCB 352/23	16	-	-	(5.445)	-	55.811	50.366
Saldo em 01 de janeiro após adoção das Resoluções CMN e BCB		<u>2.956.929</u>	<u>4.557</u>	<u>7.516</u>	<u>(35.731)</u>	<u>(1.265.483)</u>	<u>1.667.788</u>
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	23	-	(761)	-	-	-	(761)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	19.005	-	19.005
Lucro Líquido		-	-	-	-	28.165	28.165
Destinações		-	-	(7.516)	-	7.516	-
Saldo em 30 de junho de 2025		<u>2.956.929</u>	<u>3.796</u>	<u>0</u>	<u>(16.726)</u>	<u>(1.229.802)</u>	<u>1.714.197</u>
Mutações do período		-	(761)	(12.961)	19.005	91.492	96.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	1º semestre
Lucro Líquido do Semestre		28.165
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		(852.364)
Depreciações	19	1.279
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8	815
Constituição (reversão) das Provisões para Proces Judiciais e Administrativos	20 e 21	201
Atualizações Monetárias das Provisões para Proces Judiciais e Administrativos	21	(7.231)
Impostos Diferidos		41.112
Acordos Judiciais		(641)
Reversão de provisão para perdas em investimentos		(919)
Atualização de Depósitos Judiciais	20	(13.939)
Atualização de Impostos a Compensar	20	(128)
Variações cambiais em Ativos e Passivos		(536.341)
Ajuste MTM sobre TVM e Derivativos		(414.596)
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação		18.244
Juros pagos (recebidos) sobre operações		59.776
Outros		4
Lucro líquido ajustado		(824.199)
Variação de ativos e obrigações		1.065.497
(Aumento) redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		610.133
(Aumento) redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financ Derivativos		672.432
(Aumento) redução em Operações de Crédito		(56.034)
(Aumento) redução em outros ativos financeiros		24.424
(Aumento) redução em outros ativos		42.139
(Aumento) redução em ativos fiscais		82.139
Aumento (redução) em Depósitos		(437.821)
Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto		(109.353)
Aumento (redução) em Outros Passivos Fiscais		(40.468)
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		308.774
Aumento (redução) em Outros Passivos		(46.018)
Imposto Pago		(11.434)
Juros Pagos (recebidos) sobre Operações		26.584
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		241.298
Atividades de Investimento		160.126
Alienação de investimentos em coligada		163.371
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3.246)
Alienação de Imobilizado de Uso		1
Atividades de Financiamento		(165.474)
Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos		(165.474)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE		235.950
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE		4.232.888
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE		4.468.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, localizado na Avenida Paulista, número 2.300, 9º andar, cidade de São Paulo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

O Banco é controlado pelo Société Générale (“Grupo SG” ou “Matriz”), existente de acordo com as leis da França.

A empresa controlada, Société Générale Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil (“SGEF Brasil”), foi vendida para o Grupo BPCE. A negociação iniciou-se em abril de 2024 e finalizou em 28 de fevereiro 2025 (nota explicativa nº 24).

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367, de 25/01/2024, estabelece critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

Essas demonstrações financeiras são divulgadas no sítio eletrônico do Banco e enviados a Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- b) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- e) CPC 04 (R1) Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16;

- f) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- g) CPC 06 (R2) – Arrendamentos – homologado pela Resolução CMN nº 4.975/21;
- h) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- i) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- j) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- k) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- l) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- m) CPC 28 – Propriedade para investimentos – homologado pela Resolução CMN nº 4.967/21;
- n) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20;
- o) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- p) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- q) CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; e
- r) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Conforme previsto no Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 o Banco optou por não apresentar nas demonstrações financeiras de 2025 saldos comparativos a períodos anteriores.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas em 22 de setembro de 2025 pela Diretoria a serem divulgadas.

2.1 Resultado recorrente e não recorrente

Entende-se como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos semestres futuros.

Não houve resultado não recorrente contabilizado no semestre findo em 30 de junho de 2025.

2.2 Moeda funcional e Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é moeda funcional do Banco.

2.3 Resoluções do CMN que entraram em vigor no período e são aplicáveis às Demonstrações Financeiras:

- Resolução CMN nº 4.966/2021– com início de vigência em 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros. Os impactos na implantação da Resolução estão apresentados na Nota Explicativa 16.

2.4 Resoluções do CMN que entrarão em vigor em período futuros e são aplicáveis às Demonstrações Financeiras:

- Resolução CMN nº 4.966/2021– Para os requisitos da Resolução relacionados ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), administração está avaliando os possíveis impactos referentes a sua implantação em 1º de janeiro de 2027.
- Resolução CMN nº 5.185/2024, com início de vigência em 1º de janeiro de 2028, dispõe sobre o relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade, que integrará as demonstrações financeiras. A administração está avaliando os impactados para atendimento desta norma.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Instrumentos Financeiros (Ativos e Passivos)

De acordo com o estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/2021, de 25 de novembro de 2021, os ativos financeiros devem ser avaliados conforme o modelo de negócios da entidade para gestão desses ativos e os termos contratuais dos fluxos de caixa e classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (“CA”): aplicável quando os ativos financeiros são geridos e mantidos para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, constituídos de Somente Pagamento de Principal e Juros (“SPPJ”);

- Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”): aplicável quando os ativos financeiros são geridos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais constituídos de Pagamento de Principal e Juros ou vendidos com transferência substancial dos riscos e benefícios; e
- Valor Justo por meio de Resultado (“VJR”): Os demais ativos financeiros.

Os ativos financeiros classificados como VJORA e VJR são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como Custo Amortizado são contabilizados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e despesas auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como VJR são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como VJORA são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os ativos financeiros mantidos no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixas contratuais e venda são submetidos ao teste SPPJ. Este teste avalia se o fluxo de caixa gerado pelo ativo financeiro constitui apenas de pagamento de principal e juros. O Banco submete os contratos dos ativos financeiros a um questionário modelo para verificar o enquadramento ao SPPJ.

Conforme Art. 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021 os passivos financeiros devem ser classificados na categoria Custo Amortizado, exceto os derivativos ou passivos financeiros em operações que envolvam empréstimos ou aluguel de ativos financeiros, que devem ser classificados como VJR. As garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas pelo maior valor entre: a provisão para perdas esperadas associada ao risco crédito e o valor justo ajustado conforme regulamentação específica.

Para os instrumentos financeiros (ativos e passivos) classificados como Custo Amortizado, deve-se apurar a Taxa de Juros Efetiva (“TJE”), considerando os custos e taxas diretamente atribuíveis aos contratos, como comissões pagas ou recebidas, custos de transação e outros prêmios e descontos. O modelo de apropriação de resultados TJE fica facultado quando os custos e valores recebidos na aquisição ou origem do instrumento forem imateriais (inferiores a 1% a taxa juros do instrumento financeiros). Não houve instrumento financeiro com aplicação da TJE no semestre.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções, operações a termo e contratos de câmbio e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “Swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente com receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas as e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Contratos de câmbio - As operações de câmbio são mensuradas pelo valor justo no resultado em contas de derivativos. As variações cambiais são reconhecidas no resultado pelas liquidações contratuais.

Os depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia

A negociação e intermediação de valores (ativos e passivos) são demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") são classificados como "hedge" de risco de mercado

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, pela valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre.

d) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A avaliação de provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito do Banco Société Générale atende os requisitos regulatórios constantes nas Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023.

O Banco é classificado como Instituição Financeira pertencente ao Segmento 4 (S4), e adota, portanto, as diretrizes específicas para esse segmento, no que diz respeito ao cálculo da perda esperada, adotando a metodologia simplificada de acordo com o Art. 50º da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A classificação e segmentação dos ativos sujeitos ao cálculo de perda esperada segue tabelas padronizadas e a classificação de crédito (C1 a C5) previstas na Resolução BCB nº 352/2023, que segmenta as exposições com base no perfil e complexidade das operações em carteira. Em 30 de junho de 2025, conforme a Resolução CMN nº 352/23, as carteiras vigentes no Banco são C4 e C5.

A designação de um ativo como “problemático” está baseada nas Resoluções CMN nº 4.557/2017, CMN nº 4.966/2021 e nº BCB 352/2023. As operações de crédito serão classificadas como problemáticas quando apresentarem uma ou mais das seguintes condições:

- Atraso no Pagamento
- Operações com atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou encargos financeiros.

- Deterioração da Capacidade de Pagamentos

- Indícios claros de que a contraparte não conseguirá honrar integralmente suas obrigações sem recorrer a garantias ou colaterais

As renegociações e reestruturações buscam facilitar o pagamento de devedores com problemas, protegendo a instituição contra eventuais perdas, e segue procedimentos internos de observância e aplicação. É vedado o reconhecimento de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Quando um instrumento financeiro for considerado ativo problemático, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte serão considerados ativos problemáticos até o final do mês em que ocorrer essa alocação. No entanto, em caráter de excepcionalidade, não haverá a realocação dos demais instrumentos financeiros da mesma contraparte quando um instrumento for considerado ativo problemático para alguns casos específicos, de acordo com política interna de análise do risco de crédito. As operações com atraso superior a 90 dias no pagamento de principal e/ou juros serão designadas como “stop accrual”. A baixa da operação para prejuízo ocorrerá somente após esgotadas todas as vias de renegociação/recuperação com o devedor, seguindo normas internas de observância.

O procedimento de cura segue uma análise rigorosa dos parâmetros de risco de crédito da contraparte.

e) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Em 30 de junho de 2025 não foram identificados indícios de perda no valor recuperável de ativos.

f) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

- Ativos contingentes- não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Provisões- são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for feita uma estimativa confiável, de obrigações presentes que são consideradas prováveis seu risco de perda com saída de recursos para sua liquidação que incorporam benefícios econômicos e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada considerando a alíquota de 20%. O Banco contabiliza ativos e passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de semestres anteriores. Sobre estes montantes, o Banco aplica as mesmas alíquotas vigentes para os impostos de renda e contribuição social correntes.

i) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, dos riscos fiscais e obrigações legais, riscos trabalhistas e cíveis e recuperação de ativos; (iii) registro de ativos fiscais diferidos com base na projeções de bases fiscais positivas futuras capazes de absorver a sua realização. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

j) Resultado do por ação

A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

k) Pagamento baseado em ações

O Banco oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são reconhecidos como despesa de pessoal pró-rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido na Declaração de Appetite por Riscos (“RAS” ou “*Risk Appetite Statement*”), de acordo com a natureza de suas operações e com a complexidade de seus produtos, serviços e atividades, e em conformidade com os requisitos constantes na Resolução CMN nº 4.557/2017. Os indicadores de risco na RAS são produzidos e reportados pelas áreas responsáveis pela gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A área de Gestão Integrada dos Riscos e o Comitê de Riscos são responsáveis pela Governança estabelecida referente ao monitoramento e reporte das métricas da RAS, incluindo o tratamento de violações aos limites aprovados, a revisão e a aprovação das ações de remediação definidas. Em particular, as áreas responsáveis pela gestão de cada tipo de risco devem reportar excessos ou violações de forma tempestiva ao Diretor de Riscos (“CRO” ou “*Chief Risk Officer*”) e para os membros do Comitê de Riscos, que incluem, dentre outros, os Diretores Executivos do Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco, sendo que a avaliação dos riscos é parte integrante da tomada de decisão estratégica no Banco.

I. Risco de Crédito

Em linha com as melhores práticas do mercado, e seguindo os requerimentos regulatórios do Banco Central do Brasil, o gerenciamento de risco de crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações realizadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada do portfólio.

O Banco utiliza modelos de Perda Esperada desenvolvidos pelo Grupo SG por meio de uma abordagem centralizada, que garante a padronização e robustez das metodologias empregadas, permitindo a adaptação às particularidades do mercado brasileiro com validação e aprovação pelo Comitê de Riscos do Banco, em conformidade com as regulamentações locais.

A governança desses modelos segue uma estrutura robusta definida pelo Grupo SG e pelo Banco, por meio das três linhas de defesa (LOD), promovendo independência e transparência em todas as etapas do ciclo de vida dos modelos, desde sua concepção até sua aplicação e monitoramento contínuo.

II. Risco de Mercado

Consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as operações existentes no Banco são consideradas para efeito de monitoramento de risco de mercado, exceto as operações vinculadas aos recursos provenientes do capital.

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

2.1 Técnicas de Mensuração do Risco de Mercado

a.1) Valor em Risco (“Value at Risk” ou “VaR”)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posições" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR é utilizado para a mensuração de risco como, por exemplo, das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela Área de Risco de Mercado do Banco

Abaixo o VaR da carteira de negociação calculada.

Junho 2025	3.693
------------	-------

a.2)Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida é internacionalmente conhecida, dentre outras denominações, por DV01 (dolar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco, a metodologia de “Análise de Sensibilidade” é aplicada considerando uma oscilação de 10 basis-point (isto é, 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em relação aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplicação do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira) é comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de Risco de Mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos

a.3)Testes de Estresse

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a área de Risco de Mercado do Banco avalia diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários extremos. O teste de estresse é uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições do Banco.

No Banco, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo SG de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de

risco de mercado. São baseados em eventos históricos ou hipotéticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorrência

2.2 Risco de Câmbio

O Banco está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes em seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente e ao longo do dia através da apuração do cálculo da exposição cambial em moeda estrangeira. O Banco controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

2.3 Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar em decorrência dessas flutuações, podendo resultar em perdas para o Banco. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez, estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido

III. Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. A área de Risco de Liquidez monitora diariamente os ativos líquidos e os fluxos de caixa projetados em cenário de normalidade e em cenários de estresse do Banco, incluindo os limites de caixa mínimo e de estresse definidos para o monitoramento e reporte diários.

IV. Risco Operacional

A gestão de risco operacional do Banco é realizada de forma contínua e integrada para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo SG, com as exigências de Basiléia II, com os requisitos constantes na Resolução CMN nº 4.557/2017 e com a Governança descrita na Política de Gestão Integrada de Riscos do Banco. Inclui também o monitoramento do risco operacional de corrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular do Banco, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros.

O Banco possui uma equipe de Gestão de Risco Operacional&Controles Internos, que é uma estrutura apartada das linhas de negócios e suporte, está sob a gestão do Diretor de Operações (“COO”ou“*ChiefOperatingOfficer*”) e assessora as linhas de negócios e de suporte no cumprimento do gerenciamento dos riscos operacionais e das regulamentações aplicáveis, além de enviar os reportes adequados ao CRO.

Por sua vez, o CRO possui estrutura independente, segregada da unidade executora e da atividade de auditoria interna, que supervisiona de forma independente as atividades das linhas de negócios e suporte, incluindo a equipe de Gestão de Risco Operacional & Controles Internos. Dentre outras

responsabilidades, deve assegurar a função de análise e de desafio eficaz da estrutura de gestão dos riscos operacionais em sua identificação e avaliação

O Banco identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo de Basiléia II (nota explicativa nº 22); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática de incidentes e perdas operacionais e manutenção do histórico; iii) monitoramento mensal de indicadores de risco; iv) revisão dos controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade (regulatório e reputacional), de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, e anti-suborno e anti-corrupção (“Compliance”); vi) gestão de crise e planos de continuidade de negócios; vii) Comitê de Novos Produtos; e viii) treinamentos internos e campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados desse conjunto de instrumentos e programas são revisados periodicamente pelo Comitê de Riscos, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias

V. Risco de Capital

O Banco realiza a gestão de seu Capital Regulatório através de Estruturas de Gerenciamento compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoramento de seu respectivo Capital, de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Banco, prevendo:

I-Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelos Ativos Ponderados pelo Risco (“RWA” ou “*Risk Weighted Assets*”), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite por riscos estabelecido e periodicamente reportados à Diretoria Executiva;

II-Plano de Capital abrangendo o horizonte de três anos;

III- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações descritas anteriormente são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa pertencente ao Banco e então submetidas ao Comitê de Riscos para apreciação.

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do Comitê de Riscos, que se reúne ao menos 6 vezes por ano.

O Banco mantém capital regulatório mínimo para suportar suas atividades, apurando mensalmente o capital regulatório e seu consumo de acordo com a Resolução CMN nº 4.955/2021 e demais normas relacionadas, que são emitidas pelo Banco Central do Brasil. Para efeito prospectivo, o Banco estima anualmente o capital requerido no horizonte de 3 ano sem cenário de normalidade e em estresse, baseando-se no orçamento estabelecido pela área de negócios, com a aprovação dos membros do Comitê de Riscos. As estimativas referentes ao capital requerido no horizonte de 3 anos podem ser revisadas a qualquer tempo, desde que condições excepcionais se manifestem antes do prazo de uma

no estabelecido em nossa Política. Caso venha a ser detectado eventual descumprimento dos limites mínimos definidos pelo Banco Central do Brasil durante nossa projeção de 3 anos, são adotadas as seguintes medidas:

Nível	Tempo até o desequilíbrio	Ação	Fórum
Nível1	6 meses	Definição de estratégia	Comitê de Riscos
Nível2	3 meses	Reavaliação da estratégia	Comitê de Riscos
Nível3	2 meses	Reavaliação da estratégia	Comitê de Riscos&Matriz
Nível4	n/a	Operacionalização do aumento de capital	Matriz

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2025
Disponibilidades	4.806
Aplicações no mercado aberto	4.399.996
Aplicações em moedas estrangeiras	64.036
Total	4.468.838

6 ATIVOS FINANCEIROS

6.a-Valor Justo por Meio do Resultado

30/06/2025	A vencer até 3 meses					Total
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.549.336	857.889	407.103	58.704	25.135	2.898.167
Títulos e Valores Mobiliários	-	25.448	46.233	26.445	101.849	199.975
Total	1.549.336	883.337	453.336	85.149	126.984	3.098.142
					Circulante	2.432.672
					Não circulante	665.470
					Total	3.098.142

6.b-Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

30/06/2025	A vencer até 3 meses					Total
Títulos e Valores Mobiliários	55.287	-	-	562.927	51.632	669.846
Total	55.287	-	-	562.927	51.632	669.846
					Circulante	55.287
					Não circulante	614.559
					Total	669.846

6.c–Custo Amortizado

30/06/2025	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.875.968	-	-	-	-	4.875.968
Operações de Crédito (nota explicativa 7.a)	283	3.317	6.008	2.364	-	11.972
Outros Ativos Financeiros (nota explicativa 7.a)	12.295	104.944	59.291	60.926	609	238.065
Total	4.888.546	108.261	65.299	63.290	609	5.126.005

Circulante	4.996.807
Não circulante	129.198
Total	5.126.005

6.d–Composição dos títulos e valores mobiliários

	30/06/2025	
	<u>Valor Curva</u>	<u>Valor Mercado</u>
Valor Justo por Meio do Resultado		
Carteira própria:	3.039	3.095
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.555	1.582
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.484	1.513
Vinculados à prestação de garantias:	194.550	196.880
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	25.218	25.219
Notas do Tesouro Nacional - NTN	169.332	171.661
Total	197.589	199.975

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangente:	<u>Valor Curva</u>	<u>Valor Mercado</u>
Vinculados	700.257	669.846
Letras do Tesouro Nacional - LTN	644.970	614.559
Cotas de fundos de investimento	55.287	55.287
Total	700.257	669.846

Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	30/06/2025				
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	<u>Valor Curva</u>	<u>Valor Mercado</u>	<u>Ajuste MtM</u>	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Saldo MtM líquido de Imposto de Renda</u>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	644.970	614.559	(30.411)	13.685	(16.726)
Cotas de fundos de investimento	55.287	55.287	-	-	-
Total	700.257	669.846	(30.411)	13.685	(16.726)

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação

Composição por emissor

	30/06/2025
Valor Justo por Meio do Resultado	
<u>Públicos</u>	<u>199.975</u>
Governo Federal	199.975
 Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	
<u>Públicos</u>	<u>614.559</u>
Governo Federal	614.559
<u>Privado</u>	<u>55.287</u>
Privado	55.287

6.e - Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas.

Demonstramos a seguir a relação dos Swaps, Operações a termo de títulos públicos, Operações a termo de moeda ("NDF"), Mercado Futuro e contratos de câmbio por indexador:

e.1) “Swap” e NDF

		30/06/2025				
<u>Indexador</u>	<u>Modalidade</u>	Operação registrada na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Curva- Diferencial a receber	Curva- Diferencial a pagar	Mercado- Diferencial a receber	Mercado- Diferencial a pagar
DOLAR x SOFR	FLUXO DE CAIXA	2.970.327	877	(821)	25.136	(21.820)
Pré x EURO VDA	FLUXO DE CAIXA	185.476	13.653	(9.921)	13.515	(14.151)
COROA NORUEGUES x Pré	NDF	41.931	397	(160)	555	(237)
DOLAR CANADENSE x Pré	NDF	24.448	-	(714)	-	(634)
DOLAR VDA x Pré	NDF	12.856.463	5.770	(641.551)	11.377	(656.274)
EURO VDA x Pré	NDF	1.978.998	32.525	(17.866)	43.596	(14.503)
EuroREUTERS11NY x Pré	NDF	2.757.939	98.958	-	97.613	-
LIBRA ESTERLINA x Pré	NDF	154.582	1.387	(3.490)	1.420	(4.553)
Pré x COROA NORUEGUES	NDF	63.863	258	(139)	92	(326)
Pré x DOLAR CANADENSE	NDF	4.787	79	-	113	-
Pré x DOLAR VDA	NDF	11.034.392	524.907	(520)	556.143	(767)
Pré x EUR BFIX Londre	NDF	279.270	3.976	(56)	4.745	(16)
Pré x EURO VDA	NDF	4.308.969	40.970	(58.021)	43.231	(72.572)
Pré x EuroREUTERS11NY	NDF	2.460.060	-	(48.926)	-	(47.315)
Pré x LIBRA ESTERLINA	NDF	277.025	8.358	(683)	9.290	(676)
Pré x RENMINBI HONG K	NDF	363.831	31.343	(300)	31.278	(570)
RENMINBI HONG K x Pré	NDF	21.759	-	(945)	13	(930)
CDI CETIP x DOLAR VDA	SWAP	795.326	21.634	-	28.808	-
CDI CETIP x EUR BFIX NY 8h	SWAP	98.568	-	(431)	-	(33)
CDI CETIP x EURO VDA	SWAP	93.411	962	(837)	1.141	(568)
CDI CETIP x Pré	SWAP	675.000	6.610	-	37.136	-
CDI CETIP x YEN VENDA	SWAP	1.072.792	62.717	-	76.232	-
DOLAR VDA x CDI CETIP	SWAP	480.248	-	(33.926)	-	(34.960)
EUR BFIX NY 8h x CDI CETIP	SWAP	31.755	187	-	64	-
Pré x CDI	SWAP	1.054.068	10.914	(11.660)	301.444	(161.588)
Pré x CDI CETIP	SWAP	3.275.915	10.348	(29.794)	2.114	(127.949)
Pré x EURO VDA	SWAP	175.561	1.639	(1.235)	826	(2.389)
Total		47.536.764	878.469	(861.996)	1.285.882	(1.162.831)

30/06/2025

Operações a termo

Valor dos contratos:

Compras a termo a receber

898.456

Obrigações por compra de termo a pagar

(898.888)

Total

(432)

Mercado Futuro

30/06/2025

Ajuste a pagar

(76.758)

Diferencial e prêmios a receber(pagar)–Swap, operações a termo, mercado futuro, câmbio e NDF

	<u>30/06/2025</u>
Saldo registrado no ativo:	2.898.167
Saldo registrado no passivo:	<u>(2.787.217)</u>
Diferencial líquido a receber	110.950

e.2) Mercado futuro

	<u>30/06/2025</u>	
<u>Mercadoria</u>	Valor dos	Ajuste a
	contratos	receber
DDI	7.567.859	(56.353)
DI	7.596.801	(4.220)
Dólar	3.909.288	1.930
Wdo	3.083.192	(18.115)
DAP	<u>164</u>	<u>-</u>
Total	22.157.304	(76.758)

O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 752.567 em 30 de junho de 2025.

Os contratos de “Swap”, NDFs, futuros e opções têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

30/06/2025	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	1.046.695	2.886.555	3.494.850	510.020	2.970.327	10.908.447
Operações a Termo NDFs	19.777.592	14.737.199	1.936.524	177.002	-	36.628.317
Futuros	12.993.204	5.785.414	2.495.004	835.828	47.854	22.157.304
Operações a Termo	898.887	-	-	-	-	898.887
Câmbio	<u>9.416.682</u>	<u>4.000.977</u>	<u>1.072.653</u>	<u>109.592</u>	<u>-</u>	<u>14.599.904</u>
Total	44.133.060	27.410.145	8.999.031	1.632.442	3.018.181	85.192.859

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram em 30 de junho de 2025, os seguintes resultados:

	<u>30/06/2025</u>
NDF	(934.480)
Swap	252.893
Mercado futuro	(328.505)
Mercado a termo	(431)
Câmbio	<u>865.717</u>
Total	(144.806)

e.3) Contratos de câmbio

		<u>30/06/2025</u>	
<u>Modalidade</u>	<u>Indexador</u>	<u>Mercado -</u>	<u>Mercado -</u>
		<u>Diferencial</u>	<u>Diferencial a</u>
		<u>a receber</u>	<u>pagar</u>
Câmbio	Dolar canadense x Real	-	(624)
Câmbio	Franco suíço x Real	1	-
Câmbio	Yuan chinês x Real	4.683	(12.195)
Câmbio	EURO x Real	395.777	(184.027)
Câmbio	Libra esterlina x Real	11.671	(2.943)
Câmbio	Yen x Real	100.180	(527)
Câmbio	COROA NORUEGUES x Real	5.214	(1.904)
Câmbio	Dolar dos EUA x Real	196.303	(446.520)
Total		713.829	(648.740)

6.f) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação

	<u>30/06/2025</u>
FI LIQUIDEZ CÂMARA B3 MULTIMERCADO IE	
Quantidade cotas investidas pelo Banco	<u>299.779,4947942</u>
Saldo	55.287

7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	<u>30/06/2025</u>
Empréstimos e títulos descontados	3.248
Financiamentos	8.724
Total das operações de crédito	<u>11.972</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	90.477
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	2.991
Outros créditos - títulos e créditos a receber	144.597
Total de outros ativos financeiros	238.065
Total do risco da carteira	<u>250.037</u>
Circulante	120.903
Não circulante	129.134
Total das operações de crédito	<u>250.037</u>

b) Diversificação por atividade:

30/06/2025

Setor privado:

Indústria	26.937
Comércio	106.921
Pessoas físicas	150
Prestação de serviços	105.532
Outros serviços	10.497
Total	250.037

c) Total por faixa de risco:

30/06/2025

Nível	Curso		
	Normal	Vencidos	Total
C4	96.566	-	96.566
C5	142.781	10.690	153.471
Total	239.347	10.690	250.037

d) Concentração da carteira de crédito:

30/06/2025

	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	93.467	37,38
10 seguintes maiores devedores	130.487	52,19
20 seguintes maiores devedores	21.608	8,64
50 seguintes maiores devedores	4.475	1,79
Total	250.037	100,00

Não houve renegociações e/ou reestruturação de operações de crédito no semestre findo em 30 de junho de 2025.

8 PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

Abaixo demonstramos os saldos apurados para perda esperada segregados por faixa de risco C4 e C5:

	30/06/2025		
	C4	C5	Total
Empréstimos e títulos descontados	(59)	(2)	(61)
Financiamentos	-	(166)	(166)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.775)	-	(1.775)
Outros créditos – títulos e créditos a receber	-	(13.230)	(13.230)
Garantias prestadas (*)	-	(2.260)	(2.260)
Total	(1.834)	(15.658)	(17.492)

	30/06/2025		
	C4	C5	Total
Setor privado:			
Indústria	-	(10.941)	(10.941)
Comércio	(1.814)	(217)	(2.031)
Pessoas físicas	-	(2)	(2)
Prestação de serviços	(20)	(4.298)	(4.318)
Outros serviços	-	(200)	(200)
Total	(1.834)	(15.658)	(17.492)

(*) Os valores de perda esperada para garantias prestadas são registrados na rubrica “Outras provisões” do Passivo circulante.

Movimentação para perda esperada no semestre findo em 30 de junho de 2025:

	30/06/2025		
	C4	C5	Total
Saldo inicial de provisões	(2.693)	(13.984)	(16.677)
(Constituição)/reversão	859	(1.674)	(815)
Total	(1.834)	(15.658)	(17.492)
Circulante	(12.792)		
Não circulante	(4.700)		
Total	(17.492)		

9 OUTROS ATIVOS

9.a) Depósitos Judiciais

	30/06/2025
Interposição de Recursos Fiscais(*)	425.553
Interposição de Recursos Trabalhistas	12.424
Interposição de Recursos Cíveis	5.447
Total	443.424
Circulante	-
Não circulante	443.424
Total	443.424

(*) Refere-se, principalmente, a discussões fiscais sobre a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 180.460 em 30 de junho de 2025 e pedidos de compensação de IRRF, totalizando R\$ 52.057 em 30 de junho de 2025 e IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual B3) no montante de R\$ 156.663 em 30 de junho de 2025.

9.b) Outros

	30/06/2025
Adiantamentos e antecipações salariais	3.532
Bancos correspondentes	308
Comissões sobre garantias	303
Valores a receber controladas	2
Devedores diversos no exterior (nota explicativa nº 18)	7.694
Outros	643
Total	12.482
Circulante	12.482
Não circulante	-
Total	12.482

10 PASSIVOS FINANCEIROS

10.a) Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos Financeiros Derivativos

30/06/2025						
	A vencer até 3				De 5 a 15	Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	anos	
Ajuste a pagar Mercado Futuro	76.758	-	-	-	-	76.758
Câmbio	217.500	223.104	181.063	27.073	-	648.740
Ndf	1.343.410	304.733	50.091	27	-	1.698.261
Swap	8.914	129.580	194.748	8.396	21.820	363.458
Total	1.646.582	657.417	425.902	35.496	21.820	2.787.217

10.b) Custo amortizado

30/06/2025						
	A vencer até 3				De 5 a 15	Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	anos	
Captações no Mercado Aberto	97.999	-	41.341	21.480	130.168	290.988
Depósitos	368.404	837.857	98.016	64.560	610	1.369.447
Obrigações por Empréstimos	2.604.864	93.298	-	-	-	2.698.162
Outros Passivos Financeiros-Obrigações em moeda estrangeira	18.719	-	-	-	-	18.719
Outros Passivos Financeiros-Ordens de pagamento do exterior	4.194	761	-	-	-	4.955
Total	3.094.180	931.916	139.357	86.040	130.778	4.382.271

10.c) DEPÓSITOS

30/06/2025				
<u>Depósitos</u>	<u>Depósitos à vista</u>	<u>Depósitos a prazo</u>	<u>Depósitos interfinanceiros</u>	<u>Total</u>
Sem vencimento	649	-	-	649
Até 3 meses	-	362.824	4.932	367.756
De 3 meses a 1 ano	-	823.742	14.115	837.857
De 1 a 3 anos	-	32.937	65.079	98.016
De 3 a 5 anos	-	1.274	63.286	64.560
De 5 a 15 anos	-	-	609	609
Total	649	1.220.777	148.021	1.369.447

10.d) CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	A vencer até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Carteira de terceiros	97.999	-	-	-	97.999
Carteira de Livre Movimentação	-	41.341	21.480	130.168	192.989
Total	97.999	41.341	21.480	130.168	290.988
				Circulante	97.999
				Não circulante	192.989
				Total	290.988

11 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	<u>30/06/2025</u>
Riscos fiscais	196.635
Riscos trabalhistas	24.205
Riscos cíveis	2.995
Total	<u>223.835</u>
Circulante	-
Não circulante	223.835
Total	<u>223.835</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 30 de junho de 2025

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	188.110	25.239	3.054	216.403
Constituição (nota explicativa nº 21)	2.245	-	-	2.245
Reversão (nota explicativa nº 20)	(38)	(1.586)	(420)	(2.044)
Atualização (nota explicativa nº 21)	6.318	552	361	7.231
Saldo final	196.635	24.205	2.995	223.835

Devedores por depósitos em garantia	425.553	12.424	5.447	443.424
--	---------	--------	-------	---------

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda possível:

Em 30 de junho de 2025

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis
	Valor do risco	Valor reclamado	Valor reclamado
Perdas possíveis	351.764	828	16.329

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Banco, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 30 de junho de 2025 totalizou R\$ 166.465; e
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 30 de junho de 2025 totalizou R\$ 11.794.

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 30 de junho de 2025 totalizou R\$ 52.057;
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de

ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 30 de junho de 2025 totalizou R\$ 64.679;

- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 11 a) - em 30 de junho de 2025 totalizou R\$ 151.712; e
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado contra o Banco em 17 de outubro de 2022, pela glosa de operações de contratos futuros nas bases de IRPJ e CSLL referente ao ano de 2017 – em 30 de junho de 2025 totalizou R\$ 34.564.

Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, que resolveu, em 8 de fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente, confirmamos que, após revisão de decisões individuais definitivas em favor do Banco no passado, não foi identificada exposição relevante em relação ao tema, sendo que, nenhuma provisão, segundo os preceitos do IAS 37 – Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, foi necessária em 30 de junho de 2025 ou em semestres anteriores.

Trabalhistas:

A provisão trabalhista corresponde aos processos, movidos por ex-funcionários que possuem classificação de risco provável. Os pedidos dos processos trabalhistas relacionam-se, entre outros, em horas extras a partir da 8ª hora e reflexos, hora extra face a supressão do intervalo intrajornada, adicional noturno, pagamento de bônus, vínculo empregatício, intervalo intrajornada e descaracterização de cargo de confiança.

Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base nas decisões judiciais existentes em terceira, segunda e primeira instâncias e, para aquelas que não houver qualquer decisão, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos ou, por exceção considerando condições específicas do processo. Em função da diminuição do número de processos trabalhistas oriundos da incorporação do Banco Cacique S.A., o Banco revisou sua política de provisionamento em junho de 2020 e proveu alterações nas estimativas para maior acuracidade nos valores provisionados.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão com base na média histórica dos

pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

12 FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	30/06/2025
Impostos e contribuições a recolher	4.810
Total	4.810
Circulante	4.810
Não circulante	-
Total	4.810

13 OUTROS PASSIVOS DIVERSOS

	30/06/2025
Provisão com despesas de pessoal	18.397
Provisão para despesas de publicação	27
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.633
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 18)	35.879
Provisão para despesas com auditoria	172
Provisão para perda na venda de controlada	6.918
Outros	3.640
Total	66.666
Circulante	66.666
Não circulante	-
Total	66.666

14 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30/06/2025	
	Patrimonial	Resultado
Obrigações por Empréstimos e Repasses		
Obrigações em moedas estrangeiras - exportação e importação (a)	93.298	(5.237)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	2.604.864	(24.841)
Obrigações por empréstimos no exterior	-	(6.819)
Total	2.698.162	(36.897)
Circulante	2.698.162	
Não circulante	-	
Total	2.698.162	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-New York que serão liquidados em novembro de 2025 e destinados para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 5,64% ao ano em 30 de junho de 2025.

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a Matriz do Banco, no exterior, vencíveis em julho de 2025, sujeitos à variação cambial e juros de até 4,44% ao ano em 30 de junho de 2025.

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma:

	30/06/2025
Ações ordinárias	508.474
Ações preferenciais	508.474
Total	1.016.948

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do semestre. A diretoria, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do semestre, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no semestre em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76.

16 EFEITOS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NA ADOÇÃO PROSPECTIVA DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em 1º de janeiro o Banco adotou prospectivamente as Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4924/21 e Resolução BCB nº 352/23.

O Banco que, por força da Circular nº 1.273/1987(vigente até 31 de dezembro de 2024), registrava os contratos de câmbio em contas dedicadas (carteira de câmbio), passou a registrá-los como instrumentos financeiros derivativos (Resolução nº 4.966/21). Ademais o Banco contabilizou impactos de implantação na adoção da metodologia de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Resolução nº 4.966/21 e Resolução nº 352/23).

O Banco optou pela adoção de taxa alternativa a taxa de câmbio à vista informada pelo Banco Central do Brasil na conversão de transações em moeda estrangeira para nacional, conforme parágrafo 1º do art. 5º da Resolução CMN nº 4.924/21, produzindo efeitos contábeis na adoção em janeiro 2025.

A contabilização dos impactos da adoção de novas práticas contábeis foi realizada líquida de efeitos tributários.

BANCO SOCIETE GENERALE BRASIL S.A.

EFEITOS NO PATRIMONIO LIQUIDONA ADOÇÃO DAS RESOLUÇÕES CMN nº 4.966/21 e nº 4924/21

Impactos No Patrimônio Líquido na Adoção de Resolução CMN	01/01/2025
Efeitos na adoção da Res. CMN nº 4.966/21 contratos de câmbio - VJR	104.752
Efeitos na adoção da Res. CMN nº 4.966/21 Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(3.013)
Efeitos pela adoção da Res. CMN 4924/21 nas Transações em Moeda Estrangeira	2.201
Impacto tributário na adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4924/21	(48.129)
Ajuste para refletir efeitos Res. 4966/21 em empresa controlada (*)	(5.445)
Impactos da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4924/21 (líquido de efeitos tributários)	50.366

(*) a SGEF Brasil foi alienada do balanço do Banco em 28 de fevereiro de 2025 (nota explicativa nº 24).

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo do Impostos de Renda e Contribuição Social do semestre findo em 30 de junho de 2025:

Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

Devidos sobre Operações do Semestre	01/01 a 30/06/2025
Lucro / (Prejuízo) Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	69.277
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(31.175)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:	
Ajuste de Subcapitalização	(3.439)
Prejuízo sobre a Venda da SGEF	(23.771)
Ajuste de Ativo Diferido não Contabilizado	17.583
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (1)	40.802
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	-
Diferenças Temporárias	
Constituição / (Reversão) do Período	(41.112)
(Despesas) / Receitas de Tributos Diferidos	(41.112)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(41.112)

(1) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

O Banco possui prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, em 30 de junho de 2025, no total de R\$ 199.982, possuindo também diferenças temporárias referentes às provisões não dedutíveis de R\$ 300.210, constituindo diferido fiscal ativo apenas sobre a parcela de R\$ 246.853 (R\$ 199.982 prejuízos fiscais e 46.871 de diferenças temporárias), em 30 junho de 2025, de imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) no montante de R\$ 111.084 em observação a norma BACEN publicada em 30 de julho de 2020 (Resolução CMN nº 4.842/20), especificamente para cumprimento aos Arts. 3º e 4º. Para a parcela restante, que monta R\$ 253.339 (diferenças temporárias), não reconheceu contabilmente ativo fiscal diferido no valor de R\$ 114.002 por não ter atingido todos os critérios, em referência à Resolução nº 4.842/2020 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	31/12/2024	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2025
Refletido no Resultado	53.409	(11.150)	68.825	111.084
Prejuízo fiscal e base negativa	35.953	-	54.039	89.992
Diferenças temporárias realizadas no curto prazo	17.456	(11.150)	14.786	21.092
Refletido no Patrimônio Líquido	29.243	(15.558)	-	13.685
TVMs VJORA	29.243	(15.558)	-	13.685
Total	82.652	(26.708)	68.825	124.769

c) Movimentação dos passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias e ajustes contra o patrimônio líquido

	31/12/2024	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2025
Refletido no Resultado	147.446	(270.566)	417.482	294.362
Marcação a Mercado - TVM e Derivativos	73.923	(81.372)	55.433	47.984
Câmbio Implantação Res. 4.966	-	(189.194)	234.667	45.473
Marcação a Mercado - Câmbio	-	-	121.246	121.246
Receita de Atualização de Depósitos Judiciais	73.523	-	6.136	79.659
Refletido no Patrimônio Líquido	8	(8)	-	-
Marcação a Mercado - VJORA	8	(8)	-	-
Total	147.454	(270.574)	417.482	294.362

d) Projeção de realização e valor presente dos ativos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir:

	Valor contábil
Ano	30/06/2025
2025	72.026
2026	40.238
2027	12.505
Total	124.769

O valor presente dos ativos fiscais diferidos, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 112.470 em 30 de junho de 2025.

18 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores e outras partes relacionadas são realizadas em condições de mercado e estão demonstradas a seguir.

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

Contraparte	Ativo (passivo) 30/06/2025	Receitas (despesas) 1o semestre
Société Générale - Nova York:		
Aplicações em moeda estrangeira (nota explicativa nº5)	64.036	4.699
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	807	-
Obrigações por empréstimos do exterior (nota explicativa nº13)	(93.298)	(3.875)
Société Générale - Paris:		
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	3.740	-
Devedores diversos no exterior (nota explicativa nº08b)	7.694	22.421
Credores diversos no exterior (nota explicativa nº12)	(35.879)	-
Obrigações em moeda estrangeira (nota explicativa nº13)	(2.604.864)	(59.906)
Sogener Administração e Serviços Ltda.		
Valores a receber de sociedades ligadas (nota explicativa nº13)	2	5
Depósitos à vista	(17)	-
Depósitos a prazo	(3.069)	(197)
Ald Automotive Ltda.		
Depósitos à vista	(530)	-
Pascal FIM investimento no exterior		
Instrumentos financeiros derivativos	160.841	24.264
Depósitos a prazo	(11.014)	(460)
Saint Germain fundo de investimento multimercado		
Instrumentos financeiros derivativos	(17.254)	(574)
Depósitos a prazo	(21.644)	(1.047)
Resumo por conta:		
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	4.547	-
Aplicações em moeda estrangeira (nota explicativa nº5)	64.036	4.699
Depósitos à vista	(547)	-
Depósitos a prazo	(35.727)	(1.704)
Devedores diversos no exterior (nota explicativa nº08b)	7.694	22.421
Valores a receber de sociedades ligadas (nota explicativa nº13)	2	5
Obrigações em moeda estrangeira (nota explicativa nº13)	(2.604.864)	(59.906)
Credores diversos no exterior (nota explicativa nº12)	(35.879)	-
Obrigações por empréstimos do exterior (nota explicativa nº13)	(93.298)	(3.875)
Instrumentos financeiros derivativos	143.587	23.690
TOTAL	(2.550.449)	(14.670)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	30/06/2025
Proventos	8.204
Contribuição ao INSS	2.003
Total	10.207

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	30/06/2025		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	508.474	508.474	1.016.948

19 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2025
Despesas de serviços técnicos especializados	(9.644)
Despesas de processamento de dados	(3.214)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(6.057)
Despesas de aluguéis	(2.056)
Despesas de serviços de terceiros	(1.179)
Despesas de comunicações	(403)
Despesas de contribuições filantrópicas	(478)
Despesas de publicações	(29)
Despesas de transportes	(112)
Despesas de viagem	(526)
Despesas de depreciação e amortização	(1.279)
Despesas com auditoria	(1.418)
Despesas com custas judiciais	(1.285)
Despesas com consultoria jurídica	(762)
Outras desp adm	(1.351)
Total	(29.793)

20 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2025
Reversão de despesas da matriz	1.592
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 11 ii)	38
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 11 ii)	1.586
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 11 ii)	420
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	128
Atualização de depósitos judiciais	13.939
Acordos judiciais	641
Ressarcimento previdência privada	695
Reversão de provisão de PLR	3.851
Outras rec operacionais	1.006
Total	23.896

21 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2025
Provisão de despesas com a matriz (*)	(20.055)
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 11 ii)	(2.245)
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 11 ii)	(6.318)
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 11 ii)	(552)
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 11 ii)	(361)
Provisão para PLR	(1.234)
Provisão para perda na venda de controlada	(1.288)
Outras	(490)
Total	(32.543)

(*) Custos de serviços globais rateados pela matriz

22 LIMITES OPERACIONAIS

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de outubro de 2013.

Apuração dos limites de Basileia II—Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)
		30/06/2025
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.603.113
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	339.732
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	54.967
Valor da margem		1.208.414

Parcelas que compõem o PRE

Parcela	30/06/2025	
	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	292.563	18%
RWACAM	20.678	1%
RWAJUR1	34.560	2%
RWAJUR2	21.610	1%
RWAJUR3	11	0%
PACS	-	0%
RWAOPAD	83.286	5%
RWACVA	14.423	1%

• Extrapolação

	30/06/2025
Índice alcançado	37,75%

23 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Grupo SG oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Banco) planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Grupo SG.

A seguir, demonstramos os valores de posição e movimentação em 30 de junho de 2025, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	30/06/2025
Plano de ações livres	4.557
Plano de ações diferidas	(761)
Total	3.796
Saldo no início do semestre	4.557
Constituição	82
Baixa de participação de controlada	(843)
Saldo no fim do semestre	3.796

24 OUTRAS INFORMAÇÕES

Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2025, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 720 e pelos funcionários R\$ 996.

Venda de participação em controlada

Em 11 de abril de 2024 foi divulgado que o Grupo SG assinou a Carta de Intenção (ou MoU – Memorandum of Understanding) com o Grupo BPCE (um dos maiores grupos bancários na França), referente à intenção de venda das atividades da Société Générale Equipment Finance, que inclui a Societe Generale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil. A AGE (Assembléia Geral Extraordinária) referente a intenção de venda foi assinada localmente pelo Banco Societe Générale Brasil S.A. em 19 de julho de 2024, e comunicada ao Banco Central do Brasil. Em 29 de julho de 2024 foi assinado o SAPA - Share and Asset Purchase Agreement entre o Grupo SG (vendedor) e BPCE S.A. (comprador) formalizando a compra e venda da unidade de negócio global da Société Générale Equipment Finance.

Em 02 de outubro de 2024 foi assinada a Ata para aumento de capital no valor de R\$ 70.000 na SGEF Brasil. E o aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 05 de dezembro de 2024.

Em 13 de janeiro de 2025 o Banco Central do Brasil aprovou a transferência, com condições, do controle societário da SGEF Brasil para o BPCE S.A.

Em 28 de fevereiro de 2025 houve o closing date da venda e foram assinados os contratos de prestações de serviços entre o Banco e o BPCE S.A., e nesta mesma data foi feita a baixa patrimonial do investimento no valor R\$ 163.371.

Em 04 de março de 2025, o Banco recebeu o valor da venda do Société Générale Paris.

25 RESULTADO POR AÇÃO

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo do lucro e prejuízo básico e diluídos por ação:

30/06/2025

Lucro líquido	28.165
---------------	--------

Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais
para cálculo do lucro básico e diluído por ação:

Quantidade média de ações

Ordinárias	508.474
------------	---------

Preferenciais	508.474
---------------	---------

Lucro por ação em R\$ (reais)

Ordinárias	27,70
------------	-------

Preferenciais	27,70
---------------	-------

Lucro atribuído por classe de ação

Ordinárias	14.083
------------	--------

Preferenciais	14.083
---------------	--------

26 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente relevante para fins de divulgação nas demonstrações financeiras.